



VIOLÊNCIA DIGITAL CONTRA MULHERES JORNALISTAS: um estudo sobre o aumento de ataques de gênero, ameaças e ofensas no mundo virtual contra mulheres jornalistas ativas no meio político durante o período eleitoral.

Giovanna Santos Sigolo (IC) e Prof.^a Dr.^a Denise Cristine Paiero (Orientadora)

Apoio: PIVIC Mackenzie

RESUMO

A violência contra jornalistas tomou dimensões alarmantes, principalmente, a partir do ano de 2018. Desse momento em diante, foi documentada uma alta exponencial nos casos de agressão, tanto física quanto verbal, em pessoa ou digital. Já no ano de eleições presidenciais, foi registrada uma alta extraordinária nos casos de violência digital e violência de gênero, sobretudo a partir de agentes estatais e com teor político. Dentro desse cenário, as plataformas digitais de interação social foram o elemento chave para a propagação do discurso de ódio e do assédio digital contra a jornalista mulher. A partir disso, o presente estudo busca analisar como a violência digital contra jornalistas mulheres é praticada no meio virtual, especificamente por meio das redes sociais Twitter e Instagram, a partir da coleta das interações feitas na conta pessoal da jornalista Patrícia de Toledo Campos Mello, e da qualificação e quantificação dessas interações. Ainda, busca ilustrar como a alta nos casos de violência, a violência de gênero e os contextos social, político e econômico no qual o aumento nos registros está estabelecido, se relacionam, além de como cada um desses elementos contribui, a partir da complexidade individual de cada um, para o cenário de aumento de casos computados.

Palavras-chave: Jornalismo; discurso de ódio; violência de gênero.

ABSTRACT

Violence Against journalists has reached alarming proportions, especially since 2018. From that point onward, there has been an exponential increase in cases of both physical and verbal aggression, occurring both in person and online. This disturbing trend has been particularly increased during presidential election Years, which have seen a rise in digital violence and gender-based harassment, often stemming from state actors and imbued with political content. In this environment, digital social interaction platforms have played a crucial role in the proliferation of hate speech and digital harassment, especially targeting female journalists. Considering all these points, the present study aims to thoroughly analyze how digital violence against female journalists manifests within the virtual realm, with a specific focus on social networks Twitter and Instagram. This analysis involves collecting and evaluating interactions made in the personal accounts of the journalist Patrícia de Toledo Campos Mello. Furthermore, the study seeks to illustrate how the increase in violence – both, general and gender-based – intersects with various social, political, and economic contexts. By examining these relationships, the research aims to elucidate how each factor, within its unique complexities, has contributed to the growing number of documented cases of violence against journalists.

Keywords: Journalism; hate speech; gender-based harassment.

1. INTRODUÇÃO

Agências e organizações como a Agência Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), Federação Nacional de Jornalistas (Fenaj) e Repórteres sem Fronteiras (RSF), documentaram uma alta extraordinária na violência direcionada a profissionais do jornalismo no período de 2018 a 2022. O relatório do monitoramento de ataques a jornalistas no Brasil elaborado pela Abraji (2022, p.16), por exemplo, registrou um aumento de 328% nos casos de agressão dentro desse período.

Ao assumir esses dados, é importante compreender que o contexto social e político também teve papel fundamental para corroborar no aumento da violência contra profissionais da comunicação. A transição política (associada a uma forte polarização partidária), o lockdown global e o crescimento das redes sociais como ferramenta de comunicação são exemplos de elementos complexos que, em sua própria individualidade, influenciaram diretamente o trabalho jornalístico e as garantias de um exercício pleno da profissão.

Para elucidar como o momento do país repercutiu diretamente na segurança dos jornalistas, pode ser tomado como base o balanço anual elaborado pela organização internacional Repórteres sem Fronteiras: nos registros de 2018 a 2022, o país passou da 102ª posição para a 111ª e, então, 110ª, fazendo com que a situação no Brasil fosse compreendida como “difícil” e “problemática”. Para chegar a esses resultados o levantamento busca compreender a liberdade de imprensa a partir da análise do contexto político, arcabouço jurídico, contexto econômico, contexto sociocultural e segurança do país, levando em conta sete indicadores: a diversidade de opiniões; a independência dos meios de comunicação em relação à influência política; o ambiente; o quadro legislativo; a transparência de dados; a infraestrutura; e as agressões sofridas.

É importante reforçar que essa realidade não é exclusiva do território brasileiro, pelo contrário, o levantamento de 2020 da RSF sugere que, mundialmente, jornalistas estão cada vez mais vulneráveis e sujeitos a governos autoritários, à ausência de políticas públicas e proteção no mundo virtual, à ameaça política, à restrição do incentivo financeiro e à ascensão de ferramentas e discursos que buscam prejudicar a credibilidade do profissional

Ou seja, a evolução nos casos de agressão, assassinato e violência, assim como o crescimento do discurso de ódio direcionado aos jornalistas e a ausência de outros fatores significativos para a promoção do debate democrático na esfera pública, são consequências diretamente relacionadas a um período muito específico no mundo.



Apesar desse cenário, a profissão sempre teve grande relevância para a manutenção das garantias dos direitos humanos. É possível enxergar isso no momento atual onde, em um regime democrático, cada cidadão pode exercer seus direitos conforme a lei, inclusive votar em um representante para conduzir as escolhas do Estado. Mas em um momento não tão distante, de 1964 a 1985, a realidade não era essa: o país vivia sob uma ditadura militar rígida, que promovia a censura e o controle, e a atividade jornalística teve papel crucial para extinguir esse regime.

Em 2020, o Estado brasileiro elaborou a cartilha Aristeu Guida da Silva, documento visando a proteção dos direitos humanos de jornalistas e outros comunicadores, e reconheceu que:

O exercício do jornalismo e da comunicação é crucial para o efetivo gozo da liberdade de expressão coletiva, a qual facilita o diálogo, a participação social e a democracia. Ausente a liberdade de expressão, e especialmente sem liberdade de imprensa, é impossível ter cidadania informada, ativa e comprometida. A segurança de jornalistas e outros comunicadores e comunicadoras para o pleno exercício de suas funções propicia o ambiente necessário para que as pessoas possam acessar informações de qualidade e participar ativamente do espaço público (Brasil, 2020, p.10)

Ainda, o Estado assume que personalidades políticas devem manter uma postura exemplar para a promoção de medidas de segurança, bem como instruir agentes políticos que atuam diretamente com a prevenção e manutenção da segurança pública, assim como a aplicação da lei sucedendo casos de violência (Brasil, 2020, p. 12).

Mesmo com esse posicionamento, os veículos jornalísticos e seus correspondentes são, constantemente, alvos de repressão e ataques, principalmente durante a cobertura política. O momento político no Brasil não é inédito: vem sendo registrada uma crescente polarização entre esquerda e direita na última década, e os registros da intolerância contra veículos, principalmente daqueles que são visivelmente parciais, tomam forma.

De acordo com Ortellado, Ribeiro e Zeine (2022), em um estudo empírico sobre o posicionamento político no Brasil, apesar da polarização política brasileira seguir aumentando desde 2010, o sentimento de estranhamento político se dá, normalmente, não somente por uma questão partidária, mas por valores morais específicos. Ou seja, não é sobre ser esquerda ou direita, mas sobre adotar princípios morais religiosos e sociais.

Eles concluem que:

Nossa resposta à pergunta sobre se há polarização política no Brasil é de que ela existe em todos os sentidos consagrados pela literatura citada. Em primeiro lugar, encontramos polarização das opiniões políticas de massa, sobretudo em temas morais, como divórcio e direitos da população LGBT. Essa polarização tem um componente geracional relevante e parece ser causada por uma reverberação das mudanças nos costumes que reforçou o



conservadorismo das gerações mais velhas (Ortellado; Ribeiro; Zeine, 2022, p. 26).

A partir dessa contextualização, fica mais fácil visualizar o cenário em que a violência contra jornalistas se escala. De acordo com uma pesquisa promovida pela Abraji e Voces del Sur, em 2022, 557 jornalistas sofreram algum tipo de agressão. Para o levantamento no ano de eleições políticas, as instituições consideraram 13 tipos diferentes de agressões. Dentro disso, destaca-se o tipo “assassinato” que, diferente de 2021, registrou duas mortes de pessoas envolvidas com a profissão: do jornalista britânico Dom Phillips e do indigenista brasileiro Bruno Pereira.

Do total registrado em 2022, 63,4% dos jornalistas foram ameaçados virtualmente. 87,4% desses ataques digitais foram contra a reputação e à moral do jornalista. Os números tornam-se ainda mais gritantes quando olhados mais a fundo: 145 desses ataques eram de gênero e 97% eram contra mulheres jornalistas. Ainda mais, 56,7% dos casos de agressão, física ou verbal, online ou pessoalmente, foram protagonizados por agentes estatais e em setembro de 2022 houve um pico nos casos, registrando 83 denúncias – quase uma por dia.

Por fim, o presente artigo visa quantificar e qualificar como a violência digital contra jornalistas mulheres é praticada, bem como compreender a maneira como os elementos do contexto em que estão inseridas influencia a composição dos textos e sua quantidade.

2. DESENVOLVIMENTO DO ARGUMENTO

Marques e Fuks (2022, p. 2) concluem em seu estudo sobre a polarização política dentro do Brasil que “no que diz respeito à ideologia, há uma polarização assimétrica, com o crescimento e a radicalização da direita”. Esse cenário vem crescendo no país desde 2014, bem como a relação de afetividade que os apoiadores têm com seus representantes políticos.

Nas últimas duas décadas, a insatisfação e a perda de identidade com a esquerda brasileira fizeram com que o Partido dos Trabalhadores e seus apoiadores se distanciassem.

Logo, com a esquerda mais “enfraquecida”, em 2018 o contexto político se demonstrava ideal para o crescimento e protagonismo da direita.

O sentimento de “antipetismo” fez surgir uma direita reformada e forte que, até as eleições de 2018, mantinha seus valores reprimidos devido ao confronto ideológico contra os opositores de esquerda (Marques; Fuks, 2022). Os mesmos dados mostram que, no ano de eleição de Bolsonaro, o eleitorado da direita cresceu 43%. Nesse mesmo contexto, novas estratégias para ganho de popularidade passaram a ser usadas, como a utilização do discurso de ódio em função do fortalecimento da parte polarizada (Soares; Simões; Romero, 2020 p. 204).

Esse sentimento mútuo entre eleitores e representante é fortalecido a partir da criação de um inimigo comum - algo ou alguém que vá contra o povo brasileiro, seus princípios morais e o avanço do país (Soares; Simões; Romero, 2020). Assim, o *hate speech* é direcionado a essa ameaça, que precisa ser eliminada. A transformação dos adversários políticos em inimigos mortais e a baixa, ou nula, tolerância à oposição representa uma ameaça ao sistema democrático brasileiro:

As ações do presidente Jair Bolsonaro o aproximam do espectro ideológico da extrema direita. Desde a disputa eleitoral seus discursos têm sido marcados pela criação de um inimigo comum, não reconhecimento de seus adversários como legítimos, supremacia nacional e neoliberalismo de fachada. Seu comportamento tem criado um ambiente de ódio e insegurança generalizados e, suas ações, corroído a já frágil democracia brasileira (Soares; Simões; Romero, 2020, p. 12).

Como estabelecido previamente, a atividade jornalística tem ligação direta com a garantia dos direitos humanos e a manutenção do estado democrático brasileiro. Em vista disso, a partir do momento em que o crescimento da polarização no exercício da política brasileira interfere na plenitude do exercício dos direitos humanos, vê-se uma congruência no crescimento da violência contra profissionais do jornalismo e da polarização em geral.

No contexto da realização de eleições, por exemplo, jornalistas e outros comunicadores e comunicadoras desempenham papéis essenciais, entre eles o de informar o público sobre candidatos e candidatas, suas plataformas e os debates. É preocupante que haja um aumento de ataques contra jornalistas durante os períodos eleitorais, pois esse contexto pode inibir sua atuação como meio de informação à sociedade em uma democracia, causando grave prejuízo ao exercício dos direitos políticos de todas as pessoas. (Brasil, 2020, p.10)

Embora haja posicionamento da parte do Estado em relação à crescente registrada entre 2018 e 2022, a postura de líderes e agentes políticos muitas vezes diverge do que é esperado.

2.1. A VIOLÊNCIA CONTRA JORNALISTAS DENTRO DO CONTEXTO POLÍTICO ATUAL

Segundo a ONG Repórteres Sem Fronteiras (2022, online) “a desconfiança em relação à imprensa, alimentada pela retórica anti mídia e pela banalização do discurso estigmatizante da classe política” são os principais responsáveis por enfraquecer a profissão, incentivarem processos abusivos, bem como campanhas de difamação e intimidação e o assédio online na América Latina.

No ano de 2022, houve um aumento de 300% nos casos de violência contra jornalistas e veículos jornalísticos cometidos por apoiadores de Bolsonaro, sendo que ocorreram 53 episódios somente em novembro (Fenaj, 2022, p. 7).



O direcionamento do discurso de ódio aos profissionais do jornalismo infere a incerteza da credibilidade e importância do jornalismo como função social. Tuzzo e Temer reforçam:

Justamente por dominarem essas relações, os jornalistas tendem a ser vistos como personificação da própria imprensa, em um contexto de que são “profissionais da informação” imbuídos dos valores éticos que guiam as atividades jornalísticas. Ameaças contra aqueles que realizam a função de informar representam, portanto, ameaças à credibilidade dos veículos jornalísticos e, ainda que de forma indireta, ao jornalismo como atividade profissional (Temer; Tuzzo, 2021, p. 8)

Nos últimos quatro anos, os principais picos de violência direcionada ao jornalista ocorreram durante atividades políticas, como a cobertura da CPI da Pandemia e os trabalhos midiáticos para reforçamento de medidas para contenção da pandemia e dos princípios democráticos (Abraji, 2021, p. 10)

Deste modo, o cenário da cobertura política no Brasil passa a apresentar uma série de ameaças à segurança do jornalista, bem como uma “ameaça para a liberdade de imprensa” (Abraji, 2021 p. 63). O ex-presidente, sendo o reflexo daqueles que o elegeram, também direcionou ameaças às jornalistas, como, por exemplo, durante a coletiva realizada em Guaratinguetá, onde se irritou e ofendeu a jornalista Laurene Santos mandando-a “calar a boca” e posteriormente direcionando xingamentos à emissora Rede Globo, como “porcaria de imprensa” e “jornalismo canalha”.

No relatório de 2022 sobre a violência contra jornalistas e a liberdade de imprensa no Brasil, a Federação Nacional de Jornalismo declara:

Seguramente, podemos afirmar que durante o ciclo de Bolsonaro na Presidência, houve uma institucionalização da violência contra jornalistas, por meio de uma prática sistemática de descredibilizar a imprensa e atacar seus profissionais (Fenaj, 2022, p. 5).

Ainda, no meio digital as mídias sociais foram “uma das principais arenas usadas pelo sistema Bolsonaro para hostilizar a imprensa” (RSF, online). Essa rede de apoiadores do ex-presidente é composta por políticos presentes no mundo virtual e membros da família Bolsonaro que, juntos, somaram 552 ataques virtuais no ano de 2020 (RSF, online). Já em 2022, 557 casos foram registrados pela Abraji e 41,6% deles estavam ligados à família Bolsonaro (Abraji, 2022, p. 43).

2. 2. MÍDIAS DIGITAIS COMO FERRAMENTA DE ÓDIO

Durante a pandemia, os dispositivos móveis tornaram-se as extensões dos sentidos humanos: por meio das mídias sociais, as pessoas estavam em contato com vídeos, textos e áudios de diversas categorias, e o uso em excesso fez com que elas invalidassem a importância da compreensão dos dilemas referentes a essa nomofobia (Pinheiro; Pinheiro, 2021, p. 6). Essa amplitude de ferramentas, literalmente na palma da mão do usuário, colocou

à prova o seu caráter mediante a maneira como o indivíduo as utiliza, visto que suas redes sociais são um espelho de seus valores morais.

Há uma gama de questionamentos levantados sobre os limites impostos à conduta do usuário, além da problemática do discurso de ódio. É importante reforçar que a rede online, em adição às ferramentas dispostas durante seu uso, não é terra sem lei e que seu monitoramento é necessário para garantir que todos os usuários ajam de acordo com seus direitos e deveres perante a constituição brasileira, sem ferir a liberdade de expressão de cada um.

Uma maneira que o Estado encontrou de esclarecer que, apesar de intangível, a conduta virtual do usuário possui limitações, foi a partir da elaboração do Marco Civil da Internet (Lei n.º 12.965/2014), aparelho do Estado que promove uma série de regulamentos buscando abranger inteiramente as “brechas” que dificultam aplicação das leis perante o comportamento do usuário online.

Apesar dessa garantia e do esforço em facilitar a identificação do acusado e garantir a aplicação correta da lei, a violência digital cresceu em paralelo com a ascensão dos casos de agressão física e perseguição contra jornalistas: em 2022, 353 casos foram registrados no ambiente virtual (Abraji, 2022, p. 22).

Esse tipo de ambiente online pode ter um profundo “efeito inibidor” no jornalismo e afetar, negativamente, um dos mais importantes princípios de uma sociedade democrática, a liberdade de expressão. O assédio online contra jornalistas interfere não somente no direito da mídia de transmitir a informação para um público interessado, mas também no direito do público de receber a informação (Osce, 2019, p. 3).

Ainda, identificar como os ataques, assédios e abusos digitais se manifestam pode ser desafiador. Em razão disso, a Osce, Organização para Segurança e Cooperação na Europa, elaborou um relatório com objetivo de esclarecer medidas judiciais frente ao crescimento da violência digital contra jornalistas.

Em seu relatório, a organização concluiu que o abuso online pode ser compreendido de diversas maneiras, mas há certos comportamentos que podem ser nomeados a partir de um conjunto de características específicas. Eles declaram que:

Há muitas maneiras pelas quais um jornalista pode ser assediado ou abusado online, e alguns desses métodos não são diferentes do assédio ou abuso que as pessoas podem sofrer no mundo offline (por exemplo, contato repetido e indesejado). No entanto, a natureza única da Internet, que permite que indivíduos se comuniquem instantaneamente em todo o mundo, e com o potencial de fazê-lo anonimamente, muitas vezes pode aumentar os danos sofridos por aqueles que são assediados ou abusados. Além disso, a desconexão sentida pelos usuários na Internet muitas vezes pode levar esses indivíduos a agirem de maneiras que de outra forma não agiriam em um mundo não digital (Osce, 2019, p. 3).

No geral, o que caracteriza um abuso online são as diferentes formas de importunar, ameaçar e colocar em risco a vida e a integridade de uma pessoa. Perseguição online, como envio numeroso de mensagens ameaçadoras, personificação online, doxing, contrafação e crime de falsidade ideológica são exemplos de casos de *gendertrolling*, ou assédio de gênero, mais vivenciados na internet.

A partir da compreensão de como o abuso online é manifestado na internet, é possível entender que os riscos que ele traz à vítima não abrangem somente o plano psíquico, mas podem, facilmente, ultrapassar as fronteiras da internet. Em setembro de 2018, por exemplo, a jornalista Marina Dias teve sua vida pessoal violada e seus dados expostos após usuários do Twitter descobrirem e divulgarem seu endereço de e-mail e número de telefone celular. Essa prática de busca e divulgação de dados pessoais é conhecida como *doxing*, e coloca a vítima em uma posição de exposição e vulnerabilidade.

Ainda mais, o sentimento de insegurança pode afetar diretamente a prática jornalística. De acordo com Ferrier (2018, p. 13) “mulheres jornalistas podem experienciar consequências de médio e longo prazo significantes” e esse tipo de experiência pode levá-las a evitar escrever matérias que possam colocá-las em uma situação de risco, questionar seu próprio trabalho e, até, ao exílio.

2.3. VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA JORNALISTAS MULHERES

O aumento da violência de gênero contra jornalistas nos anos de governo Bolsonaro é uma representação do machismo e da misoginia enraizados na sociedade brasileira (Fenaj, 2022, p. 11). Jornalistas mulheres enfrentam, então, repressões quanto à sua credibilidade e profissionalismo. Um dos maiores exemplos são os ataques sofridos pela jornalista Patrícia Campos Mello a partir do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, que, com um comentário sexual, disse durante uma coletiva “[a jornalista] queria dar o furo a qualquer preço contra mim”.

A jornalista representa um caso entre dezenas: somente em setembro de 2022, a Abraji registrou 28 alertas de violência contra mulheres jornalistas, dos quais 21,4% apresentavam discursos de ameaça e intimidações; 7,1% de violência sexual; e 67,9% eram discursos estigmatizantes. Do total de casos, 64,3% tiveram origem online.

Essa realidade se intensificou durante as eleições brasileiras de 2022, e o quadro da violência de gênero apresenta esse crescimento mais visível desde 2018 (Fenaj, 2022, p.11). Em 2021, uma análise de casos de violência contra jornalistas por meio do Twitter, em uma parceria entre a Revista AzMina, o InternetLab, O Volt Data Lab e o INCT.DD, mostra como a



misoginia interfere, inclusive, no conteúdo dos ataques quando direcionado à jornalistas homens ou mulheres:

Profissionais que trabalham com cobertura política estão mais expostos aos ataques massivos. Mas, enquanto 8% dos tuítes ofensivos direcionados para os jornalistas homens eram de fato hostis, 17% dos direcionados às jornalistas mulheres eram ataques. Entre os termos mais usados contra elas estão “ridícula”, “canalha”, “louca”, “mulherzinha”. A maioria das agressões também sugere que as mulheres são incapazes de interpretar um texto ou cenário político (Santana, 2021, online).

Nesse cenário, enquanto homens recebiam um número maior de ameaças quanto ao seu desempenho profissional - como “ridículo” e “parcial” - mulheres jornalistas sofriam devido características físicas ou seu gênero, com foco no demérito do trabalho feminino. De acordo com a InternetLab, os termos mais utilizados para as profissionais do jornalismo em 2021 foram: comunista, jornalista, ridícula e louca.

Já no ano de eleição, houve um aumento de 21,8% nos casos de agressão contra mulheres em relação a 2021, somando 145 ataques. Dese total, 51% foram registrados como discursos estigmatizantes, uma forma de atacar comunicadores com objetivo de desacreditar, ofender e desvalorizar o trabalho da imprensa através da manipulação infame da informação (Abraji, 2022).

2.4 CASO PATRÍCIA CAMPOS MELLO

A One Free Press Coalition, uma associação de agências de jornalismo ao redor do mundo, ranqueia os dez jornalistas em situação de maior perigo mundialmente. Dentre esses, existem casos de encarceramento, desaparecimento, ameaças, entre outros. Em março de 2020, a jornalista brasileira Patrícia Toledo de Campos Mello ocupou o terceiro lugar dessa lista. Para Mello (2020, p. 93) “a coalizão quis pôr em evidência o crescimento dessa nova modalidade de perseguição, o linchamento virtual, a jornalistas mulheres em especial” com adição do seu caso.

Em outubro de 2018, a repórter escreveu uma matéria denunciando contratos entre empresas que compraram disparos de mensagem em massa envolvendo a campanha de Jair Messias Bolsonaro. A matéria, com título de “Empresários bancam campanha contra PT pelo WhatsApp”, continha informações fornecidas por ex-funcionários e engatilhou a abertura de processos judiciais contra o ex-presidente.

A partir da repercussão dessa matéria, uma série de ataques foram destinados à jornalista nas plataformas digitais Facebook, Twitter e Instagram, além de ameaças a sua integridade física e a de seu filho. Ainda, de acordo com Mello (2020) os ataques que tiveram mais repercussão midiática foram protagonizados, principalmente, por agentes políticos, além



de que o posicionamento de Jair Bolsonaro frente ao jornalismo contemporâneo e a jornalistas mulheres legitimou e criou espaço para a massa de ataques sexistas que Patrícia sofreu.

Em relação à fala de Jair Bolsonaro, a jornalista moveu uma ação com pedido de indenização por ato ofensivo à honra. O processo foi julgado em março de 2021, onde a juíza Inah de Lemos e Silva Machado determinou que houve violação da parte do réu. Apesar da defesa de Bolsonaro ter recorrido à decisão, o mesmo aconteceu na 8ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, onde a relatora do processo, Clara Maria Araújo Xavier, e os desembargadores Pedro de Alcântara, Silvério da Silva e Theodureto Camargo, votaram a favor da condenação, determinando, também, que houve uma postura imoral da parte do ex-presidente e que não teria outra interpretação que a de cunho sexual, definindo a condenação e alterando o valor da indenização de 20 mil reais para 34 mil reais.

Para a presente pesquisa, foram analisados os conteúdos publicados nas redes sociais Twitter e Instagram da jornalista Patrícia Campos Mello ao longo do período de campanha eleitoral, entre 16 de agosto e 30 de outubro de 2022, a fim de quantificar e qualificar os casos de violência digital direcionados à jornalista por meio das redes sociais.

Em sua conta no Twitter, localizada sob endereço de @camposmello e com 259 mil inscritos, foi realizado o levantamento dos conteúdos publicados durante o período, somando 20 publicações e totalizando cerca de 1.141 interações de usuários a partir de comentários.

Nesse intervalo de 75 dias, foram identificadas 94 manifestações de teor agressivo contra a jornalista. Dessas, 19,2% remetem a fala de Jair Bolsonaro, insinuando que a jornalista oferece sexo em troca de informações; 28,7% das falas referem-se aos aspectos físicos de Patrícia, buscando ofendê-la; 26,6% afrontam a prática jornalística e a credibilidade da repórter; 13,8% atacam sua propriedade intelectual e insinuem falta de capacidade cognitiva; 8,5% remetem a comentários machistas e 3,2% ridicularizam questões sociais, como utilização de linguagem neutra, para gerar desconforto. 72% dos autores são homens, 21% são mulheres e 7% não foram identificados.

Já em sua conta pessoal no Instagram, localizada em @patacamposmello e com 16,5 mil inscritos, foi feita a análise de 15 publicações da jornalista, totalizando cerca de 859 comentários. Desse total, somente 18 comentários apresentaram comportamento agressivo contra a jornalista. Cerca de 88% dos comentários atacavam diretamente a Patrícia como profissional e colocam em prova a integridade de seu trabalho.



Apesar de não ser maioria, a quantidade massiva de comentários fazendo referência à fala de Jair Bolsonaro sobre o furo jornalístico demonstra como os usuários ofendem a imagem de Patrícia sem pudor e com sentimento de impunidade. Alguns exemplos são o comentário do usuário @davidsonDestra, professor, que publicou “deve doer o f#ro” junto a um gráfico ilustrando a porcentagem de aceitação de cada candidato à Presidência em 2022, no qual Bolsonaro liderava; e comentários insinuando, explicitamente, que a jornalista troca sexo a favor de informações, como a usuária @AnneAlmeira “vc [sic] só não é mais pequena do que o tamanho do furo que vc queria dar” ou do @_Fausto42 “a propósito, você continua dando FUIROS ou só anda babando nos ovos da esquerda?” e @ManfroiRenato “Não sei. Só sei q ele [Kelmon Luís] não troca s*xo por ajuda”.

A publicação que mais repercutiu e recebeu ataques virtuais foi a postagem do dia 28 de agosto de 2022. Após o primeiro debate entre os candidatos à Presidência, Patrícia postou uma foto com a jornalista Vera Magalhães celebrando sua participação no debate, com a legenda “Que orgulho da @veramagalhães”. No mesmo dia, Vera havia questionado o então candidato Ciro Gomes sobre sua postura em relação à queda no quadro de cobertura vacinal no Brasil durante a gestão de Bolsonaro. Após sua resposta, Jair Bolsonaro comentou:

Vera, não podia esperar outra coisa de você. Eu acho que você dorme pensando em mim. Você tem alguma paixão por mim. Você não pode tomar partido em um debate como esse. Fazer acusações mentirosas ao meu respeito. Você é uma vergonha para o jornalismo brasileiro.

No dia 30 de agosto de 2022, a Agência Pública publicou uma matéria com título “Caso Vera Magalhães: Bolsonaro odeia as mulheres porque odeia a democracia”. A matéria divulgou dados do Sentinela Eleitoral, um projeto entre jornalistas e acadêmicos para “investigar as campanhas de manipulação do debate público e a desinformação online nas eleições de 2022” (Pública, online). De acordo com os dados do Sentinela, Vera passou a ser mencionada de 1 a 2 vezes por dia e integrou os Trending Topics do Twitter. A jornalista experienciou confrontos envolvendo Bolsonaro e foi alvo constante de misoginia online, estando no pódio das jornalistas mais atacadas em 2022 no Twitter (Santana, 2021).

O resultado da publicação de Patrícia no dia 28 não poderia ser diferente: sozinha, essa postagem acumulou 64% dos ataques virtuais manifestados em sua conta do Twitter. Além disso, somente nessa postagem estão presentes comentários que buscam ofender ou causar mal-estar a partir do menosprezo de seus aspectos físicos, representando 28,7% do total. Comentários como o da usuária @ritabarzoto “Duas alopradas” e do @alexmagnun1422 “pq [sic] toda esquerdista tem cara de mal amada?” demonstram como o discurso de objetificação do corpo da mulher infere, diretamente, na maneira como seu trabalho é credibilizado.



Ainda, o teor de agressividade varia entre plataforma e gênero. Enquanto no Twitter houve uma quantidade massiva de comentários, no Instagram, apesar do número reduzido, há presença de ataques mais agressivos, com linguagem desrespeitosa e objetificação da mulher. Comentários como o do usuário @pericles_sula “Duas safadas. Se escondem atrás da vagina para falar m****” exibem um nível de agressividade e ódio pessoal na postura do autor.

Esse comportamento hediondo demonstra como mulheres jornalistas não estão somente vulneráveis ao ódio generalizado direcionado à profissão, mas também a questão de gênero e a dinâmica “dominação-exploração” de uma sociedade patriarcal (Segato, 2003). Enquanto homens recebem ataques virtuais quanto ao conteúdo e qualidade de seu trabalho (Santana, 2022), mulheres, em sua maioria, estão sujeitas à invalidação devido seu gênero, além da constante desvantagem profissional.

Outro comportamento registrado nos comentários analisados é a ridicularização de questões sociais que, normalmente, estão associadas a agenda progressista. A utilização dos termos “jornaliste”, “isente” e “amigue” foi registrada em 4 comentários (normalmente associados com outra agressão). O menosprezo de políticas direcionadas à população LGBTQIAPN+ está relacionado, diretamente, com a questão da polarização política no Brasil. Como foi visto antes, Marques e Fuks (2022) determinam em seu relatório que os sentimentos de pertencimento ou estranhamento entre grupos de esquerda e direita não estão, necessariamente, vinculados aos aspectos políticos que qualificam tal grupo partidário, mas a promoção ou hostilização de pautas sociais.

Ainda, o termo “militante” foi registrado 13 vezes no Twitter e 8 vezes no Instagram. De acordo com o dicionário Michaelis, a palavra significa “aquele que defende uma causa ou ideia ativamente” (online). Atualmente, o emprego desta palavra, normalmente por pessoas que promovem uma pauta política ideológica conservadora, está sendo utilizado para desmerecer e desapropriar jornalistas da prática. Ou seja, para alguns, um jornalista militante seria aquele que propaga a desinformação e comete o desuso da notícia para promover pautas ideológicas corrompidas. Como define Franklin Ferreira (2021, online) “Infelizmente, há tempos, muitos jornalistas que trabalham para meios de comunicação com grande visibilidade se tornaram militantes de redação. Para estes, só é “democrática” a opinião alinhada com a ideologia que eles servem”.

Por fim, a análise dos perfis pessoais online da jornalista Patrícia Campos mello, no Twitter e Instagram, ilustra como a violência digital contra jornalistas mulheres é, em sua maioria, cometida por indivíduos e grupos que acreditam em um discurso ideológico e preconceituoso validado por representantes políticos de uma vertente mais conservadora.



Além disso, a quantidade de ataques que tinha por objetivo constrangê-la a partir da ridicularização de seus aspectos físicos e difamá-la com discursos estigmatizantes, reforça que a mulher jornalista brasileira está em uma posição vulnerável e que seu trabalho é invalidado, simplesmente, por ser mulher.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo aborda como a violência digital contra jornalistas mulheres foi perpetrada nas redes sociais Twitter e Instagram dentro do período eleitoral brasileiro. No decorrer do texto, foi apresentado o contexto no qual o aumento extraordinário da violência contra jornalistas ocorre e a magnitude de cada componente para o assunto.

Apesar de ter se tornado um tópico de relevância e preocupação no Brasil, a intensificação do quadro de violência contra jornalistas é evidenciada por instituições de comunicação e segurança ao redor do mundo.

Esse fenômeno coloca em risco os pilares democráticos de uma sociedade e o direito à liberdade de expressão. Quando um jornalista se torna alvo de perseguição e sua autonomia é corrompida, o cidadão tem seu direito de acesso à informação violado, dificultando que ele exerça seus deveres democráticos de maneira plena.

O elemento desse fenômeno que se tornou destaque em 2022 (Abraji, 2022), e objeto de estudo desse trabalho, é a maneira a qual a violência digital contra jornalistas é praticada quanto à questão de gênero.

A violência de gênero online é marcada por discursos e ameaças misóginos que possuem o objetivo de marginalizar, desmerecer e violar a mulher, seus feitos e seus direitos. No ambiente digital, esse tipo de assédio, também conhecido como *gendertrolling*, engloba uma série de manifestações agressivas cometidas por um indivíduo ou um grupo a partir de comentários, perseguições e exposições da vítima no mundo virtual.

Ficou evidente que os autores das agressões têm um objetivo em comum: desestabilizar, desacreditar e ofender a jornalista e suas produções. Além disso, a quantidade de comentários que fazem referência à fala de Jair Bolsonaro sobre o furo jornalístico, ilustra como o posicionamento do ex-presidente influenciou e validou o discurso sexista dos usuários na internet.

Essa validação possibilita uma série de interferências no trabalho jornalístico, apesar de não ser o caso de Patrícia que, com todos os ataques e ameaças à sua integridade física e a de seu filho, não permitiu comprometer a maneira como elabora seus trabalhos. Um exemplo contrário disso é a jornalista Talita Fernandes que, após Bolsonaro perguntar se ela era casada e dizer que a repórter fazia perguntas idiotas, pediu para que sua cobertura diária



das falas do ex-presidente não fosse mais necessária, possibilitando que ela alternasse os dias. Além disso, de acordo com um estudo da International Women's Media Foundation (IWMF) e da TrollBusters sobre os impactos da violência e do assédio nas jornalistas e suas produções, cerca de 40% das profissionais entrevistadas declararam que evitam se vincular a certas matérias devido ao assédio e às ameaças.

Em síntese, a violência virtual, apesar de não possuir forma palpável e não visivelmente ultrapassar limites da internet, apresenta uma ameaça real à vida da jornalista, ao trabalho jornalístico e ao exercício dos valores democráticos. Mesmo que o Estado e as instituições tenham identificado o problema, nem todos os cidadãos e agentes públicos agem conforme o necessário para sanar a situação. Devido a isso, há um movimento persistente a partir de instituições e agências para tornar mais rigorosa a fiscalização desses casos, principalmente em relação à incoerência das figuras públicas com as intruções do Estado.

4. REFERÊNCIAS

ABRAJI - Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo. **Violência de gênero contra jornalistas**. Brasil, 2021. Disponível em: <https://violenciagenerojornalismo.org.br/>. Acesso em: 11 mar. 2023.

ABRAJI – Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo. **Monitoramento de ataques a jornalistas no Brasil**. [s./] 2022. Disponível em: <https://abraji.org.br/publicacoes/monitoramento-de-ataques-a-jornalistas-no-brasil-relatorio-2022>. Acesso em: 14 maio 2024.

ABRAJI – Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo. **Monitoramento de ataques a jornalistas no Brasil**. [s./] 2023. Disponível em: <https://www.abraji.org.br/publicacoes/monitoramento-de-ataques-gerais-e-violencia-de-genero-relatorio-2023>. Acesso em: 14 maio 2024.

BRASIL, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Cartilha Aristeu Guida da Silva Proteção dos direitos humanos de jornalistas e de outros comunicadores e comunicadoras**. Brasília, DF. Assessoria Especial de Assuntos Internacionais, 2020. Acesso em: 11 nov. 2023.

FENAJ - Federação Nacional dos Jornalistas. **Relatório 2022: violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil**, 2022. Disponível em: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2023/01/FENAJ-Relat%C3%B3rio-2022.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2023.

FERRIER, Michelle. Attacks and harassment: **The Impact on Female Journalists and Their Reporting**. Ohio, 2018. Disponível em: <https://www.iwmf.org/attacks-and-harassment/>. Acesso em: 13 ou. 2023.

FERREIRA, Franklin. Gazeta do Povo. **A ética ardilosa do jornalismo militante**. [s./], 13 dez. 2021. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/franklin-ferreira/a-etica-ardilosa-do-jornalismo-militante/>. Acesso em: 20 mai. 2024.

FUKS, Mario; MARQUES, Pedro Henrique. **Polarização e contexto: Medindo e explicando a polarização política no Brasil**. In: Revista do CESOP - OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 28,



PROGRAMA INSTITUCIONAL DE
INICIAÇÃO CIENTÍFICA

nº 3, p. 560-593, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-01912022283560>. Acesso em: 23 mar. 2023.

MAINENTI, Geraldo Márcio Peres. **O jornalismo como quarto poder: a liberdade de imprensa e a proteção aos direitos da personalidade**. Brasília 2013. Disponível em: <http://revistaalceu-acervo.com.puc-rio.br/media/alceu%2028%20-%2047-61.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2023.

NEMER, David. Agência Pública. **Caso Vera Magalhães: Bolsonaro odeia as mulheres porque odeia a democracia**. [s.l.]. 30 ago. 2022. Disponível em: https://apublica.org/sentinela/2022/08/caso-vera-magalhaes-bolsonaro-odeia-as-mulheres-porque-odeia-a-democracia/#_

ORTELLADO, Pablo; RIBEIRO, Marcio Moretto; ZEINE, Leonardo. **Existe polarização política no Brasil?** Análise das evidências em duas séries de pesquisas de opinião. In: Revista do CESOP - OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 28, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0191202228162>. Acesso em: 11 mar. 2023.

OSCE - Organization for Security and Co-operation in Europe. **Legal Responses to Online Harassment and Abuse of Journalists: Perspectives from Finland, France and Ireland**. Internacional, 2019. Disponível em: <https://www.osce.org/representative-on-freedom-of-media/413552>. Acesso em: 9 set. 2023.

PINHEIRO, Ana Paula; PINHEIRO, Fernanda. **O uso do celular em tempos de pandemia: uma análise da nomofobia entre os jovens**, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reter/article/view/67222>. Acesso em: 03 abril. 2023.

POSETTI, Julie; ABOULEZ, Nermine; BONTCHEVA, Kalina; HARRISON, Jackie; WAISBORD, Silvio. **Violência online contra mulheres jornalistas: Um Quadro Mundial de Incidência e Impactos**. Internacional, 2021. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000375136_por. Acesso em: 11 mar. 2023.

RSF - Repórteres Sem Fronteiras. **Ranking Mundial da Imprensa**. Internacional, 2022. Disponível em: <https://rsf.org/pt-br/ranking-mundial-da-liberdade-de-imprensa-2021-vacina-contradesinforma%C3%A7%C3%A3o-o-jornalismo-segue>. Acesso em: 11 mar. 2023.

SANTANA, Jamile. **Mulheres jornalistas recebem mais que o dobro de ofensas que colegas homens no Twitter**. Az Mina, [s.l.]. 23 nov. 2021. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/mulheres-jornalistas-recebem-mais-que-o-dobro-de-ofensas-que-colegas-homens-no-twitter/>. Acesso em: 17 fev. 2024

SEGATO, Rita Laura. **Las Estructuras elementales de la violencia: Contrato y status en la etiología de la violencia**. Brasília: Departamento de Antropologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Série Antropologia (334), 2003. 264 p. Acesso em: 16 mar. 2024.

SOARES, Alessandra Guimarães; SIMÕES, Catharina L. Ribeiro; ROMERO, Thiago Giovanni. **Crises econômicas, ascensão da extrema direita e a relativização dos direitos humanos**, 2020. In: Rev. Cadernos de Campo, nº 28, p. 193-223. Disponível em: <https://doi.org/10.47284/2359-2419.2020.28.193223>. Acesso em: 24 mar. 2023

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessôa; TUZZO, Simone Antoniacci. **As jornalistas sob ataque: um estudo sobre agressões às profissionais de imprensa em uma sociedade polarizada**, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.34019/1981-4070.2021.v15.35226>. Acesso em: 23 mar. 2023.



XX Jornada de Iniciação Científica - 2024

Contatos: giovanna.sigolo1@gmail.com e denise.paiero@mackenzie.br